

fazemos o congresso de comissões agora para deixá-lo pronto para a Ordem do Dia.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Está acontecendo ainda a Comissão de Finanças e Orçamento?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, já encerrou.

O SR. GIL DINIZ - PL - Já foi encerrada? Obrigado, presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:
* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 46a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 21/12/2022.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e Fiscalização e Controle, a realizar-se hoje, às 20 horas e 15 minutos, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de decreto legislativo nº 41, de 2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que reconhece, para efeitos do Art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no município de Araraquara.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, presidente. Havendo acordo de líderes, gostaria de requerer a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 08 minutos.

* * *

20 DE DEZEMBRO DE 2022 46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI, ALEX DE MADUREIRA, CARLA MORANDO e CARLOS CEZAR
--

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 578/22.
2 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PL 578/22.
3 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 578/22.
5 - ALEX DE MADUREIRA
Assume a Presidência.
6 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência.
7 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Discute o PL 578/22.
8 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 578/22. Coloca em votação as emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.
9 - ENIO LULA TATTO
Encaminha a votação das emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em nome do PT.
10 - CARLA MORANDO
Assume a Presidência.
11 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Declara voto contrário ao PL 578/22, em nome do PSOL.
12 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Encaminha a votação das emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em nome do PT.
13 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação das emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em nome do PT.
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência.
15 - RICARDO MELLÃO
Encaminha a votação das emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em nome do Novo.
16 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação das emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em nome do PSOL.
17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovadas as emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.
18 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Solicita verificação de votação.
19 - CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
20 - JANAINA PASCHOAL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Explica o trâmite do PL 578/22, nesta sessão.
22 - MÁRCIA LULA LIA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
23 - MILTON LEITE FILHO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.
24 - RICARDO MADALENA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.
25 - DIRCEU DALBEN
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Cidadania.
26 - BRUNO GANEM
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.
27 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.
28 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
29 - ANALICE FERNANDES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSDB.
30 - GILMACI SANTOS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.
31 - CORONEL TELHADA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.
32 - RICARDO MELLÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.
33 - JORGE CARUSO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.
34 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a deliberação anterior. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas de I a IX, apresentadas no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente, com parecer contrário da Comissão de Finaças, Orçamento e Planejamento.

35 - MÁRCIA LULA LIA

Declara voto favorável às emendas e contrário ao PL 578/22, em nome do PT.

36 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Declara voto favorável às emendas do PSOL e contrário ao PL 578/22.

37 - JANAINA PASCHOAL

Declara voto favorável às emendas 1154, 1155, 1156, 1157, 1325, 1326, e 1384.

38 - RICARDO MELLÃO

Declara voto favorável às emendas do Novo.

39 - GIL DINIZ

Declara voto favorável às emendas de sua autoria.

40 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.

41 - JANAINA PASCHOAL

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

42 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h15min.

43 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência e reabre a sessão às 22h21min.

44 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.

45 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h22min.

46 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 22h31min. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Discussão e votação do Projeto de lei nº 578, de 2022, de autoria do Sr. Governador. Em discussão. Para discutir...

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente. Qual é esse projeto, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Calma, é o que você já se inscreveu para discutir.

O SR. GIL DINIZ - PL - Não, tudo bem, presidente. Esse é o Orçamento, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso.

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - "Take it easy, my friend, take it easy". Para discutir contra, o deputado Gil Diniz. Não. Tem algum a favor aí? Não? Contra, o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, eu retiro a inscrição do Orçamento. Eu quero discutir o PDL de Araraquara, o 41.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ok. Para discutir contra, o deputado Paulo Fiorilo. O senhor tem o tempo regimental de 15 minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqueles que nos acompanham no plenário, na TV Alesp, esse é o projeto mais importante que a Assembleia analisa e vota ao final da legislatura, ao final do ano legislativo, para que o governador possa ter Orçamento para o próximo ano. E esse ano a gente tem uma novidade, porque o PSDB não ganhou a reeleição.

Então teremos um governo novo, um governo que não produziu a Peça Orçamentária e, portanto, ele encaminhou para a Casa as modificações necessárias para o Orçamento do ponto de vista dele, mas demorou. Depois do processo eleitoral, ele tinha um tempo necessário para apresentar essas alterações para que a comissão pudesse analisar, pudesse avaliar.

Agora a primeira observação: o governador eleito só conseguiu mandar para a Casa a proposta através do relator na vigésima terceira hora, o que, obviamente, impossibilita um amplo debate. Mas se isso não é suficiente, deputada Valeria, as propostas apresentadas estão muito aquém daquilo que foi dito.

Primeiro, porque o governador eleito optou por não se debruçar no Orçamento para fazer as alterações necessárias. Ele criou várias rubricas, mas com valores simbólicos para poder dizer que é disso que o governador ou é isso que o governador vai priorizar.

E para isso, em alguns casos, deputada Bebel, ele retirou recursos, por exemplo, das instituições de saúde do interior para fazer mutirão da saúde. Eu confesso que eu tenho muita dúvida, em especial - e a senhora sabe porque atua no interior - que as entidades institucionais do interior têm uma dificuldade muito grande, em especial na saúde.

A gente tem visto todas com pires na mão pedindo ajuda, pedindo emenda. Então é a primeira observação que preocupa. Segundo, que também retirou o dinheiro de rubricas de cidades que poderiam ser utilizadas para o dia a dia daquelas cidades que necessitam de recursos.

Portanto, me parece que a Peça proposta e aprovada com o voto contrário da bancada do PT pelo deputado Enio Tatto é insuficiente. Insuficiente porque ela não traz os elementos necessários, ou pior, o governador eleito teve dificuldade de indicar suas prioridades mesmo gastando todo o tempo, todo o tempo.

Só tivemos acesso à proposta do governador hoje, que foi para a comissão para ser discutida, quando deveria ter sido apresentada com antecedência até para que a gente pudesse dizer: "Governador, não tire dinheiro dessa rubrica"; "Governador, não era melhor o senhor pensar, já que o senhor prometeu uma série de coisas, em apresentar uma proposta mais sólida, mais robusta?"

Não. Não foi isso que ele fez. Talvez porque ainda não conheça o Estado, talvez porque tenha dificuldade em saber a diferença daquilo que, ao longo da campanha, ele decorou.

Esse é um grande problema, e esta Assembleia que virá na próxima legislatura... Deputado Alex, eu não vou dar um aparte, porque o senhor vai ter oportunidade de defender o governo do PL no momento oportuno, se o senhor for fazer. Se o senhor não for fazer, não tem problema. Então a primeira questão é essa: a demora para apresentar a proposta e as mudanças incipientes que foram feitas faltando clareza nas indicações.

A bancada do PT apresentou um voto, um voto com as prioridades, prioridades que foram apresentadas na campanha, que foram discutidas e debatidas. Eu esperava que a gente pudesse ter mais tempo para aprofundar esse debate, até porque nós não estamos falando de um orçamento qualquer, nós estamos falando de um orçamento de mais de 300 bilhões, em um estado que necessita de investimentos, em especial, em áreas como desenvolvimento econômico regional, que o gover-

nador Doria e depois o governador Rodrigo não conseguiram efetivar.

Os deputados aqui que viajam, que conhecem o Estado, sabem do que eu estou falando. A gente teve vários projetos apresentados pelo Doria que não saíram do papel, ou foram apenas projetos para poder criar factóides.

Podia lembrar aqui, o Vale do Futuro, nome bonito, deputado Enio, o senhor, que conhece a região; deputada Márcia Lia, que viaja pelo Estado: Vale do Futuro, que futuro? Porque ele não conseguiu mudar a cara do Vale do Ribeira. E para mudar a cara do Vale do Ribeira, era preciso investir, por exemplo, em conectividade. Não teve coragem de fazer esse debate.

Não teve, e esse é um debate que nós vamos continuar cobrando do próximo governador, porque conectividade no Vale do Ribeira é fundamental para atrair turista, para poder melhorar a qualidade de vida das pessoas. Imagine, deputado Dalben, que também é do interior, uma pessoa que não tem como acessar celular.

Aliás, eu vou dar aqui um outro exemplo: nós temos lá quilombolas que não tinham energia elétrica, e que precisam caminhar duas, três, horas a pé para chegar à sua comunidade e não tinham energia.

A Elektro é responsável, colocou placas, levou de helicóptero, o que facilitou a vida de várias comunidades quilombolas. A deputada Monica Seixas esteve lá em Iporanga, visitou quilombos, como outros deputados aqui o fizeram.

Se a conectividade é um problema, a mobilidade é o outro problema. E a gente tem visto esse governo atual gastar milhões em recape de rodovias, mas não investiu recursos para fazer estradas, estradas em uma região em que é fundamental a mobilidade.

Se a gente quer levar turistas para a região, se a gente quer de fato um vale do futuro, deveria ter investido em conectividade e mobilidade, deveria ter investido em qualificação para poder avançar o turismo.

A única coisa que o governo atual fez, e que infelizmente o governo que virá parece que vai continuar na mesma linha, é propor a privatização do Petar, o que eu acho um erro gravíssimo, até porque modelo de privatização tem outros, não esse que esse governo está propondo, em que envolve a comunidade.

A gente tem vários outros exemplos discutidos e debatidos em audiências públicas. O deputado Giannazi participou desse debate, tem acompanhado, fez audiência pública, o que possibilitou, inclusive, a gente trazer aqui experiências de outros estados exitosas, em que envolveu aqueles que trabalham no Petar, aqueles que vivem no Petar.

Infelizmente, esse governo que termina o faz da forma mais melancólica possível. Se por um lado tem muito recurso, por outro faltaram políticas públicas de verdade. Eu falei do Vale do Futuro, mas a gente poderia lembrar, por exemplo, a história do Pontal Vinte Trinta, que também continua no papel.

A única coisa que o governador trouxe para cá foi aprovar o projeto para entregar títulos, que ainda não começou, que ainda não tem, porque precisa fazer georreferenciamento, e a estrutura do Estado está detonada. Detonada.

Aliás, o que o governo Doria e o Rodrigo fizeram foi extinguir empresas que deveriam estar existindo, como por exemplo CDHU, que agora vai ter que voltar a existir, porque cometeram um equívoco ao extinguir. Não só há o caso da CDHU, mas outros. Poderia citar outro exemplo de projetos que ficaram no papel.

Portanto, infelizmente, eu volto a dizer aqui: o governador eleito, que já foi diplomado, não teve a capacidade de mandar para esta Casa propostas que pudessem, de fato, dar a linha do seu governo, dizer a que veio e o que quer. E ele pediu, deputado Conte, tempo para isso. Pegou o deputado Olim, que é o relator, e foi embrulhando, embrulhando, embrulhando até o último dia, até o último dia.

E pior, deputado Conte Lopes, que eu tive a possibilidade e o prazer de ser vereador, nós aqui fizemos um debate, e o senhor vai se recordar, sobre o aumento dos salários do governador e secretários.

O senhor se lembra disso. E um dos compromissos que o relator assumiu era de que faria a mudança dos baixos salários. Infelizmente, deputado Conte, o relator não conseguiu mexer nessa situação, que é deplorável, deplorável.

Nós temos funcionários do Estado que ganham muito menos do que o salário mínimo, mas muito, muito menos. Eu vou dar aqui alguns exemplos que eu acho que são necessários para que as pessoas entendam do que nós estamos falando e a cobrança que o PT vem fazendo, e outros partidos, para que se altere de fato essa questão do salário dos servidores públicos.

Eu encaminhei, inclusive, ao deputado Enio Tatto, que fez o debate, uma tabela com algumas categorias, deputada Bebel, que conhece muito a questão da Educação, e eu vou aqui rapidamente fazer referências a alguns casos específicos. A gente podia falar, por exemplo, do auxiliar de apoio agropecuário.

Esse ainda tem um salário de 1.031, mas eu vou dar um exemplo aqui do auxiliar de serviços gerais, 560 reais o salário base, o salário base. É inadmissível que a gente tenha profissionais ganhando 560 reais como salário.

Mas eu vou mais, auxiliar de saúde, 326 reais. Como é que faz o salário chegar no mínimo? Gratificação, mas não é salário. Nós precisamos de uma política salarial para esses trabalhadores.

Foi isso que o PT cobrou do relator. Infelizmente, infelizmente, e a gente faz essa crítica com tristeza, o relator não colocou essa possibilidade de alterar o salário base de cargos importantes. Vou dar outro exemplo, auxiliar de enfermagem, 400 reais.

A gente podia falar de desinsetizador, 400 reais, agente de saneamento. Da área da Educação, a gente tem casos específicos: oficial sociocultural, 608 reais. Nós estamos falando de salários, deputado Castello Branco, inadmissíveis, inadmissíveis.

Esse debate é o que deveria ser travado aqui durante as reuniões da Comissão de Finanças e Orçamento, que não ocorreu, não ocorreu, porque o governador não enviou a proposta dele com antecedência para que se pudesse debater. "Olha, retira dinheiro daqui para poder fazer com que esses salários de fato possam ser salários mínimos de verdade", mas não isso aqui, que é uma vergonha, uma vergonha.

Por isso, a bancada do PT vai votar contra a proposta orçamentária. E vamos debater aqui, na próxima legislatura, deputado Gil Diniz, que eu tenho certeza de que vai ser um dos defensores do governo Tarcísio, mudanças, mudanças na política salarial daqueles que ganham 300 reais.

É inadmissível, inadmissível. Portanto, o nosso repúdio a essa política, ou melhor, à falta dessa política que pudesse, de fato, melhorar o salário dos servidores públicos. Infelizmente, é um caso de ser rejeitado o tempo todo.

O SR. GIL DINIZ - PL - O senhor me dá um aparte?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Desculpa, deputado Gil, mas meu tempo vai terminar, o senhor vai ter tempo para se inscrever, falar. Não tem problema.

Eu queria terminar aqui, deputado Gil, dizendo que é inadmissível que a gente mantenha no Estado, o estado mais rico da Federação, com o Orçamento de mais de 300 bilhões de reais, salários tão baixos para os seus servidores.

Quem paga um salário desse não merece ser chamado de governador. Portanto, nós vamos continuar cobrando o governo Tarcísio, no próximo ano, porque daí, deputado Conte, o Orçamento enviado para esta Casa será da lavra do governador.

Agora, ele teve tempo, pediu tempo e não trouxe absolutamente nenhuma novidade que pudesse impactar nos servidores do Estado ou mesmo nas suas políticas propostas durante a campanha, o que nós vamos cobrar de forma muito dura e coerente com aquilo que nós defendemos e que ele defendeu na campanha.

Portanto, ele deve aqui responder, ao longo do próximo período, aquilo que prometeu e que parece já de início que não vai cumprir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem...

Para falar contra deputado Carlos Giannazi.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, Professora.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Queria fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vamos deixar o orador e, em seguida, a senhora fala. Depois tem outro orador ainda.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu acho que outras vezes...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não. A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - A comunicação que eu quero fazer vai um pouco na perspectiva do que disse o deputado Paulo Fiorilo.

Veja bem, a nossa bancada colocou como uma das emendas também o piso da enfermagem. É verdade que muitos falam "ah, o piso salarial profissional da enfermagem". É uma necessidade, vamos combinar. Eu acredito que as categorias, hoje, têm que ter um ponto de partida.

Ora, nós aprovamos, eu não tive nenhum problema em fazer isso, o salário do governador, que estabelece o teto do funcionalismo público. Eu não tenho problema porque é algo que, se eu defendo o funcionalismo público, eu tenho que defender também o teto. E o teto está de acordo com o salário do governador.

Ora, se tem um teto, tem que ter um piso, um ponto de partida. O que nós não podemos continuar é com isso que tem agora, quer dizer, quer complementa o salário mínimo até chegar ao mínimo. Você dizer, isso é o absurdo do absurdo, deputada Márcia Lia.

Então acredito que a nossa bancada, acertadamente, votará contra esse Orçamento, não porque a gente vota contra, a gente deu mostras aqui de que não é esse o problema para nós.

O problema para nós é: vai, de fato, ter política de estado neste Estado ou nós estamos caminhando a uma perspectiva, de novo, de desvalorização dos servidores públicos, dos trabalhadores, enfim, de todos os serviços públicos?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, Professora Bebel. Com a palavra, para falar contra, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia, venho à tribuna no dia de hoje, na noite de hoje, dia 20 de dezembro, para debater contrariamente ao Projeto de lei 578, que orça as receitas do Estado e também as suas despesas para o exercício de 2023.

Nós estamos debatendo aqui o maior orçamento de toda a história do estado de São Paulo: aproximadamente 317 bilhões de reais. Nunca o estado de São Paulo teve tanto dinheiro como agora, neste momento histórico. Então isso é importante, é um valor significativo.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Alex de Madureira.

* * *

Agora, ao mesmo tempo, por que eu estou aqui debatendo contrariamente? Porque, mais uma vez, o Orçamento encaminhado pelo PSDB à Assembleia Legislativa, a peça orçamentária que foi apresentada é antidemocrática, antipovo, antipopular, porque o povo não está nessa peça orçamentária.

Os verdadeiros interesses e as verdadeiras necessidades da população do estado de São Paulo não estão representados, não foram acolhidos pelo Orçamento, apesar de todas as emendas que nós apresentamos, mais de 20 mil emendas foram apresentadas a esse Projeto de lei 578, e pouquíssimas emendas foram incorporadas, por orientação, logicamente, como sempre, do próprio governo. Nem estou criticando o relator. Eu sei que o governo controla a peça orçamentária, inclusive aqui dentro da Assembleia Legislativa.

Aliás, controla tudo na Assembleia Legislativa, controla a pauta de votação, controla as comissões permanentes, controla as CPIs, tudo aqui é controlado. Só não pode controlar a tribuna, a oposição fala, pelo menos. Por enquanto, nós temos essa prerrogativa.

Mas, no restante, não é à toa que a Assembleia Legislativa de São Paulo é conhecida como o puxadinho do Palácio dos Bandeirantes. Há muitos anos é assim e isso foi intensificado com os governos do PSDB, de Mário Covas até agora. A Assembleia Legislativa é um departamento, é um cartório que apenas homologa as decisões do Palácio dos Bandeirantes, da Casa Civil.

Todo mundo sabe disso, é público e notório, enfim. Mas esse Orçamento, que vem para a Assembleia Legislativa, ele é altamente controlado pelo governo. Para atender, logicamente, os interesses do governo e dos grandes grupos econômicos do nosso Estado. Então as emendas não foram incorporadas. Quase nenhuma emenda significativa foi incorporada ao Orçamento.

Eu quero falar da primeira emenda, a Emenda nº 1 ao Orçamento de 2023, ao PL 578, que foi uma que eu encaminhei, uma emenda importante, a número 1. A número um não tem como a gente esquecer.

Foi uma emenda construída coletivamente, junto com as aposentadas e pensionistas, que trata da devolução dos recursos, do dinheiro roubado, assaltado pelo Doria e pelo governo do PSDB.

Eu me refiro ao confisco das aposentadorias e pensões. Foram dois anos de assalto, de confisco, aos aposentados e pensionistas, que devem ter a devolução desse dinheiro.

E nós apresentamos uma emenda, a Emenda nº 1, justamente prevendo os recursos orçamentários para devolver o dinheiro roubado, assaltado dos aposentados e pensionistas. Estranhamente, essa emenda não foi incorporada ao projeto que nós estamos debatendo agora, e tantas outras.

Eu vou citar outras emendas, de outras áreas importantes, estratégicas para a população como um todo, e também para os servidores do estado de São Paulo. Eu me refiro aos servidores porque, sem os servidores, as políticas públicas, e sobretudo as políticas sociais, não são implantadas corretamente e com qualidade, para atender à população na área da Educação, na área da Saúde do SUS, da Segurança Pública, do Judiciário, da Assistência Social, das várias áreas.

Por isso é importante que nós tenhamos um funcionalismo público valorizado, do ponto de vista salarial, do ponto de vista funcional, do ponto de vista das condições adequadas de trabalho.

Tudo isso é fundamental para que as políticas públicas, que são garantidas e obrigatórias pela Constituição Federal, para que os direitos fundamentais sejam garantidos de fato, e ofertados com qualidade, com dignidade para toda a população.

Mas não é isso que está acontecendo nessa peça orçamentária que nós estamos debatendo aqui. Eu apresentei muitas emendas, em várias áreas. Na área que eu atuo, que é a Educação, como professor, como diretor de escola, logicamente, apresentei várias. Na área do funcionalismo, em várias outras áreas.

Agora, eu fico chocado que, não só as minhas, mas a maioria dos deputados não foram contemplados pelo relatório que foi apresentado. Agora tem um fato aqui, que um dos maiores especialistas nessa área, hoje, na Assembleia Legislativa, é o deputado Paulo Fiorilo, que é sobre a questão da desoneração fiscal.